

ATA NÚMERO 37/XV/1.^a SL

Aos 14 dias do mês de março de 2023, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 3, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição dos sete judocas portugueses subscritores da Carta Aberta, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, sobre os problemas existentes na Federação Portuguesa de Judo relativos ao projeto olímpico.

II PARTE

Audição do ex-Presidente da Federação Portuguesa de Judo, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, sobre as despesas de cada atleta na preparação olímpica e a existência de uma eventual comunicação da Federação Portuguesa de Judo ao Comité Olímpico de Portugal no sentido de solicitar um reforço de verbas para os atletas, depois de as considerar esgotadas.

III PARTE

Audição do Presidente do Comité Olímpico de Portugal, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, sobre as despesas de cada atleta na preparação olímpica e a existência de uma eventual comunicação da Federação Portuguesa de Judo ao Comité Olímpico de Portugal no sentido de solicitar um reforço de verbas para os atletas, depois de as considerar esgotadas.

IV PARTE

Audição do Instituto Português do Desporto e Juventude, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, sobre os problemas existentes na Federação Portuguesa de Judo relativos ao projeto olímpico.

V PARTE

1. Informações;
2. Apreciação e votação da ata da reunião de 8 de março de 2023;
3. Fixação da redação final do [Projeto de Resolução n.º 436/XV/1.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à elaboração e implementação do Plano Estratégico do Cinema e do Audiovisual;
4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição, com caráter de urgência, do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, sobre a eventual fuga fiscal e à segurança social em contratos celebrados por esta entidade
5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição, com caráter de urgência, do Diretor-Geral da Direção-Geral do Património Cultural, na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural, e da Diretora-Geral do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC), sobre a avaliação da execução do PRR Cultura;
6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição, com caráter de urgência, do Presidente do Instituto do Cinema e Audiovisual, IP (ICA, IP) e *Film Commissioner* da Portugal Film Commission (PFC).
7. Apreciação e votação do relatório final da [Petição n.º 45/XV/1.ª](#) - Pela reposição da decoração interior oitocentista do Museu Romântico da Quinta da Macieirinha no Porto:

Deputada Relatora: Carla Sousa (PS)

8. Votação do texto de fusão:

- [Projeto de voto n.º 264/XV/1.ª](#) (PSD) – De saudação pela celebração do 100.º aniversário da Casa do Alentejo;
- [Projeto de voto n.º 266/XV/1.ª](#) (PS) - De saudação pela celebração do 100.º aniversário da Casa do Alentejo;

9. Votação do texto de fusão:

- [Projeto de voto n.º 275/XV/1.ª](#) (CH) - De congratulação à surfista Yolanda Hopkins Sequeira pela conquista do título europeu;
- [Projeto de voto n.º 284/XV/1.ª](#) (PS) - De congratulação à surfista Yolanda Sequeira pela conquista do título europeu;

10. Votação do texto de fusão:

- [Projeto de voto n.º 275/XV/1.ª](#) (CH) - De congratulação à surfista Yolanda Hopkins Sequeira pela conquista do título europeu;
- [Projeto de voto n.º 284/XV/1.ª](#) (PS) - De congratulação à surfista Yolanda Sequeira pela conquista do título europeu;

11. Votação do texto de fusão:

- [Projeto de voto n.º 277/XV/1.ª](#) (PSD) - De saudação ao realizador João Canijo pela conquista do prémio Urso de Prata no Festival de Cinema de Berlim com o filme *Mal Viver*;
- [Projeto de voto n.º 283/XV/1.ª](#) (PS) - De congratulação ao cineasta João Canijo pela conquista do Urso de Prata no 73.º Festival de Cinema de Berlim com o filme *Mal Viver*;

12. Apreciação conjunta:

- [Projeto de voto n.º 285/XV/1.ª](#) (PS) - De saudação pela prestação portuguesa no Campeonato Europeu de Atletismo em Pista Coberta, em Istambul;
- [Projeto de voto n.º 286/XV/1.ª](#) (CH) - De congratulação aos atletas portugueses pelos resultados alcançados nos Campeonatos da Europa de atletismo em pista coberta;
- [Projeto de voto n.º 292/XV/1.ª](#) (PSD) - De saudação à participação da Seleção Portuguesa de Atletismo nos campeonatos europeus de pista coberta de Istambul;

13. Apreciação conjunta:

- [Projeto de voto n.º 288/XV/1.ª](#) (PS) - De pesar pelo falecimento de António Salvado;
- [Projeto de voto n.º 290/XV/1.ª](#) (PSD) - De pesar pelo falecimento do Poeta António Salvado;

14. Outros assuntos.

I PARTE

Audição dos judocas portugueses subscritores da Carta Aberta, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, sobre os problemas existentes na Federação Portuguesa de Judo relativos ao projeto olímpico

Dando início à reunião, o Senhor Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputado Luís Graça, deu as boas-vindas às subscritoras da Carta Aberta, Telma Monteiro, Patrícia Sampaio, Rochele Nunes, Rodrigo Lopes e Anri Egutidze, explicou a

metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao grupo parlamentar proponente do requerimento apresentado.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) começou por saudar a equipa olímpica portuguesa de judo e agradecer o que os atletas fizeram por esta modalidade, salientando, a este respeito, que é exatamente pelo facto de o nosso país fazer esse reconhecimento que as queixas apresentadas em relação à Federação Portuguesa de Judo merecem toda a credibilidade, sobretudo depois de corajosamente terem vindo a público denunciar aquilo que não estava bem na Federação, o que se veio a confirmar mais tarde. Lembrou as queixas apresentadas, designadamente a de terem sido prejudicados no acesso a estágios e competições e alvo de discriminações e perseguições e as respeitantes à gestão e aos atos ilegais cometidos pelo ex-Presidente - isto para além daquelas que o IPDJ já confirmou, como a de que o ex-Presidente contratou o próprio filho para treinador e a de que Jorge Fernandes seria ao mesmo tempo Presidente da Federação e dirigente desportivo.

Nesse sentido, a Senhora Deputada perguntou aos atletas se Jorge Fernandes tem condições para ser Presidente da Federação Portuguesa de Judo ou para ter qualquer cargo de âmbito desportivo ou de âmbito administrativo e de gestão na Federação. A este respeito, lembrou que o tribunal já lhe retirou a idoneidade, sendo que a sua eventual recandidatura está à partida resolvida.

Por último, perguntou aos atletas se têm conhecimento se o ex-Presidente da Federação Portuguesa de Judo continua a utilizar recursos da Federação apesar de já não ser Presidente.

De seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Cristiana Ferreira (PSD), Pompeu Martins (PS), Jorge Galveias (CH), Patrícia Gilvaz (IL), Paula Santos (PCP) e Joana Mortágua (BE), tendo Telma Monteiro respondido no final de cada intervenção às questões colocadas, tendo afirmado, designadamente, que o presidente destituído da Federação Portuguesa de Judo (FPJ), Jorge Fernandes, não tem condições para liderar o organismo, no qual continua a ter palavra; que não tem ética e moralmente condições para ser presidente; que continua a estar presente, a mandar nos funcionários e marcar os voos em cima da hora; que os judocas continuam a ser prejudicados por várias decisões da Federação; que o presidente destituído continua a ter um papel central e que até os funcionários continuam a referir-se à sua pessoa como «o presidente»; que se registam problemas com o seguro de saúde, que já a obrigaram, inclusivamente, a pagar despesas médicas que não lhe competiam; que muitas das pessoas não falam por medo; que há muitas formas de exercer

represálias, dando como exemplo as não convocatórias para a Taça Europa de Cadetes, penalizando os clubes; que desde que se abriu o diferendo todos os judocas afetados têm sentido a necessidade de acompanhamento face à grande instabilidade que se vive, com reflexos no plano emocional; que foram ameaçados de ser processados e de não terem verba; que vão continuar a sofrer represálias e que os recursos financeiros vão continuar a ser mal gastos; que há negligência na gestão de recursos da FPJ, que gere a verba de preparação olímpica.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a audição.

A audição foi gravada em [vídeo](#), constituindo a respetiva gravação e a documentação entregue parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

II PARTE

Audição do ex-Presidente da Federação Portuguesa de Judo, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, sobre as despesas de cada atleta na preparação olímpica e a existência de uma eventual comunicação da Federação Portuguesa de Judo ao Comité Olímpico de Portugal no sentido de solicitar um reforço de verbas para os atletas, depois de as considerar esgotadas

O Senhor Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto deu as boas-vindas ao ex-Presidente da Federação Portuguesa de Judo, Jorge Fernandes, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao grupo parlamentar proponente do requerimento apresentado.

O Senhor Deputado Francisco Dinis (PS) começou a sua intervenção referindo-se à Carta Aberta subscrita pelos sete judocas portugueses dirigindo algumas acusações ao então Presidente da Federação Portuguesa de Judo, acusando-o de atitudes opressivas, discriminatórias e da existência de um clima tóxico e de intimidações. Estas foram algumas das acusações que lhe foram dirigidas, sendo que na altura Jorge Fernandes negou todas elas.

Recordou que o Governo e o IPDJ estiveram muito atentos àquilo que se estava a passar e com o agudizar da situação o ex-Presidente da Federação Portuguesa de Judo mostrou-se irredutível, o

que deu origem a um confronto entre as partes. Foi tendo em conta toda esta situação que o Secretário de Estado da altura chamou o ex-Presidente da Federação Portuguesa de Judo, os atletas e o Presidente do Comité Olímpico de Portugal para reuniões em separado, tendo daí resultado o seguinte: ajustar o apoio a cada atleta no que respeita às deslocações, proceder à reavaliação do sistema de estágios nacionais quando terminassem os campeonatos do mundo e corresponder ao pedido de que a participação em estágios internacionais resultasse do planeamento da preparação olímpica em conjunto com a Federação, o que, segundo os atletas, não foi cumprido.

E é na sequência de uma denúncia de que o ex-Presidente acumulava ilegalmente, desde que eleito, esse cargo com o do Clube de Judo de Coimbra e que tinha contratado o filho para desempenhar um cargo na equipa técnica da federação no departamento de judo de juniores que o IPDJ abriu um inquérito, violando ambas as situações aquilo que se encontra previsto na Federação Portuguesa de Judo e no regime das federações desportivas. Essas ilegalidades levaram a assembleia geral a destituí-lo do cargo.

Recordou que Jorge Fernandes disse entretanto que ia continuar a gerir a Federação até à tomada de posse de outros órgãos e que continuava com as mesmas competências de gestão da Federação. Nesse sentido, perguntou ao ex-Presidente da Federação Portuguesa de Judo o seguinte: se ficaram provadas as ilegalidades, se foi destituído, como pode ser mandatado para continuar com as mesmas competências como se nada tivesse acontecido?

Tal como relatado na anterior audição, manteve-se e mantém-se em funções, marca presenças e interfere mesmo depois de ter sido destituído. Desde que foi destituído alguma vez representou a Federação Portuguesa de Judo? Contactou alguém nessa qualidade? Utilizou alguns dos meios da Federação?

Entretanto foram convocadas eleições para fevereiro deste ano, em que concorreram duas listas, sendo uma de Jorge Fernandes. A outra lista interpôs uma providência cautelar por considerar que a lista tinha pessoas que já não podiam fazer parte da mesma, sendo que o juiz entendeu o contrário, ou seja, que podia candidatar-se porque bastava suprimir o nome dessas pessoas. A sentença do tribunal diz que o senhor perdeu a idoneidade. Não acha que não tem condições para se apresentar novamente como candidato?

É verdade que se inscreveu como técnico ou treinador no projeto olímpico?

De seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Inês Barroso (PSD), Jorge Galveias (CH), Patrícia Gilvaz (IL), Paula Santos (PCP) e Francisco Dinis (PS), tendo o ex-Presidente da Federação Portuguesa de Judo respondido no final de cada intervenção às questões colocadas, tendo dito, designadamente, que vai ser de novo candidato; que está por dentro da atividade diária do organismo e, até, das contas correntes porque tem o cuidado de se informar; que não continua a usar recursos da Federação, a estar presente nas competições e a mandar nos funcionários da Federação; que não tem nada a ver com a FPJ desde o dia 18 de dezembro e que não pode responder como é que ela está a ser gerida; que se deslocou ao Parlamento numa viatura da FPJ porque recebera autorização para o fazer; que não cometeu nenhum erro, que deve ser visto e analisado o que está para trás, o que se fez durante o mandato de seis anos; que faz um balanço positivo da sua passagem pela Federação Portuguesa de Judo, apesar das críticas dos atletas; que em todas as competições que têm decorrido Portugal alcançou os melhores resultados de sempre; que a preparação olímpica para Paris 2024 não foi afetada em nada e continua tudo a correr normalmente; que no final do mês de março há atletas que já têm 17 000 euros, de 28 000 disponíveis, gastos; que o dinheiro não chega; que há atletas que já gastaram mais de metade das verbas que têm direito o ano todo; que tem condições de elegibilidade para nova candidatura e que essa é uma decisão sua; se vai ser treinador ou se vai ser candidato só a si diz respeito; que não perdeu o mandato por idoneidade, mas por duas incompatibilidades - contratação do filho e cargo de treinador no Judo Clube de Coimbra.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a audição.

A audição foi gravada em [vídeo](#), constituindo a respetiva gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

III PARTE

Audição do Presidente do Comité Olímpico de Portugal, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, sobre as despesas de cada atleta na preparação olímpica e a existência de uma eventual comunicação da Federação

Portuguesa de Judo ao Comité Olímpico de Portugal no sentido de solicitar um reforço de verbas para os atletas, depois de as considerar esgotadas

O Senhor Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto deu as boas-vindas ao do Presidente do Comité Olímpico de Portugal, José Manuel Constantino, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao grupo parlamentar proponente do requerimento apresentado.

O Senhor Deputado António Faria (PS) iniciou a sua intervenção afirmando que, apesar de até hoje Portugal ter conquistado três medalhas de bronze, o ambiente entre atletas, treinadores e a Federação Portuguesa de Judo já atravessou melhores dias.

Recordou que todo este problema surgiu quando um grupo de atletas emitiu um comunicado, a chamada Carta Aberta, sendo, pois, necessário clarificar toda esta situação.

Disse que uma das coisas que a todos surpreende é que o responsável pela calendarização e a estratégia de cada atleta não seja o seu treinador em conjunto com o selecionador nacional mas, sim, o Presidente da Federação Portuguesa de Judo. Daí perguntar se é verdade o que se diz que o ex-Presidente da Federação Portuguesa de Judo se inscreveu como treinador do projeto olímpico. Se isso for verdade, então ele não poderá ser candidato à Federação Portuguesa de Judo, tendo questionado o Senhor Presidente do Comité Olímpico de Portugal a esse respeito. Quem é a entidade que escolhe o treinador? É a Federação ou o Comité Olímpico?

Perguntou também se os contratos-programa com o IPDJ foram todos cumpridos.

Em relação às despesas, o Comité Olímpico de Portugal só paga as despesas apresentadas pelos atletas após o envio e validação das mesmas e a apresentação dos respetivos comprovativos. Assim sendo, perguntou como é que era feita essa avaliação por parte do Comité Olímpico.

Quanto às bolsas de preparação atribuídas pelo Comité Olímpico de Portugal a cada atleta, são geridas pela Federação Portuguesa de Judo, que usa esses mesmos recursos para suportar os gastos e realizar os estágios da Seleção Nacional em Coimbra e estágios internacionais (e quanto a estes há muitas críticas porque os atletas dizem que as verbas não são suficientes e as despesas

têm de ser pagas pelo próprios). Perguntou se essa bolsa não deveria ser exclusivamente gerida pelos atletas.

De seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Inês Barroso (PSD), Jorge Galveias (CH), Patrícia Gilvaz (IL), Paula Santos (PCP), Joana Mortágua (BE) e António Faria (PS), tendo o Presidente do Comité Olímpico de Portugal respondido no final de cada intervenção às questões colocadas, tendo explicado o modelo de apoio olímpico, desde as bolsas a atletas e treinadores, à bolsa de preparação destinada às Federações. Disse que se a dotação é insuficiente tem que se documentar e tentar encontrar meios de reforço, como aconteceu no passado e que não lhe ocorre nenhuma preparação que não se tenha realizado; que o COP presta contas ao IPDJ; que considera que atualmente existe um problema de mecanismos de confiança no judo e de credibilidade; que é absolutamente essencial que quem dirige e quem é dirigido se sinta comprometido e sinta confiança entre as partes; que se essa confiança se quebra não há como dar a volta, e, portanto, todos, atletas, treinadores, clubes, Comité Olímpico, têm de fazer um esforço de superação através do diálogo; que é impensável esperar resultados desportivos se as partes não estiverem alinhadas, acrescentando que está também em causa a dimensão reputacional, que o país não compreenderia se o judo não desse uma boa imagem de si próprio e de Portugal.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a audição.

A audição foi gravada em [vídeo](#), constituindo a respetiva gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

IV PARTE

Audição do Presidente do Instituto Português do Desporto e Juventude, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, sobre os problemas existentes na Federação Portuguesa de Judo relativos ao projeto olímpico

O Senhor Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto deu as boas-vindas ao Presidente do Instituto Português do Desporto e Juventude, Vítor Pataco, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao grupo parlamentar proponente do requerimento apresentado.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) disse que uma das coisas a extrair das audições feitas até agora é a de que as queixas feitas pelo grupo de atletas já há algum tempo têm fundamento e merecem toda a credibilidade,

Recordou o inquérito já feito pelo IPDJ e foi na sua base que foi destituído o ex-Presidente da Federação Portuguesa de Judo. Disse que também se sabe que o processo eleitoral não se pode realizar por ordem do tribunal, que considerou que o ex-Presidente não tinha idoneidade para se candidatar.

Assim sendo, a primeira pergunta que fez ao Presidente do IPDJ foi a de a saber se havia algum inquérito em curso que tivesse como objeto não apenas a atuação do presidente, mas também toda a direção.

Perguntou também se achava razoável que um presidente de uma federação destituído do cargo utilize o carro da Federação para vir a uma audição à Assembleia da República, que esteja informado acerca de todos os aspetos da ação desportiva dos atletas e da preparação dos jogos olímpicos e que se mantenha a usufruir os recursos da Federação. Daí perguntar que consequências vai sofrer pelo facto de estar a utilizar esses recursos.

Por último, perguntou se acha que o ex-Presidente tem condições para no futuro exercer qualquer cargo na Federação Portuguesa de Judo. O IPDJ, com base em todas as irregularidades detetadas, acha que ele tem condições para exercer qualquer função, seja como Presidente, como treinador, seja como contínuo?

De seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Inês Barroso (PSD), Tiago Soares Monteio (PS), Jorge Galveias (CH), Patrícia Gilvaz (IL), Paula Santos (PCP) e Joana Mortágua (BE), tendo o Presidente do Instituto Português do Desporto e Juventude respondido no final de cada intervenção às questões colocadas, tendo dito, designadamente, ser inqualificável o facto de Jorge Fernandes, destituído em dezembro das funções de presidente da Federação Portuguesa de Judo, após as conclusões de um inquérito do IPDJ, se ter deslocado à Assembleia da República no carro da FPJ; que, mais do que fiscalizador, tem procurado ser equilibrador, no sentido de não prejudicar os atletas, não deixar cair um conjunto de preocupações, financiando o programa

olímpico e as ações da FPJ; que um primeiro inquérito foi concluído — que determinou a perda de mandato do dirigente —, mas que decorre uma auditoria e um segundo inquérito, extraído do primeiro; que a auditoria teve início em 21 de dezembro; que o prazo até fevereiro não foi cumprido, porque a Federação não forneceu todos os documentos relacionados com essa auditoria, tendo autorizado uma prorrogação até 21 de junho; que no relatório preliminar constata-se o facto de o ex-presidente da FPJ ter feito o papel de intermediação no pagamento a árbitros e juizes em competições. Ou seja, pagava em dinheiro do seu bolso e pedia depois o ressarcimento à FPJ, o que é inaceitável do ponto de vista da gestão; que a prorrogação do prazo da auditoria serviu também para evitar que houvesse um cancelamento na transferência de verbas, que poria em causa a preparação dos atletas olímpicos e poderia por em causa o estatuto de utilidade pública”.

Em relação a uma eventual continuidade de Jorge Fernandes e se o mesmo não devia cumprir um período de nojo, considerou que no normativo não há nada que impeça, mas que, de acordo com a decisão do tribunal, do ponto de vista do IPDJ, o antigo presidente não pode ser candidato.

Disse que a aparente continuidade em funções do ex-presidente da Federação Portuguesa de Judo foi questionada junto da FPJ e que a resposta foi negativa, tendo o presidente da Mesa da Assembleia Geral disse que isso não era verdade.

O responsável do IPDJ explicou que a prorrogação do prazo da auditoria serviu também para evitar que houvesse um cancelamento na transferência de verbas, que poria em causa a preparação dos atletas olímpicos e poderia pôr também em causa o estatuto de utilidade pública.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a audição.

A audição foi gravada em [vídeo](#), constituindo a respetiva gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

V PARTE

1. Informações

Entrando na V Parte da OD, o Senhor Presidente informou que tinha baixado, na especialidade, à Comissão a Proposta de lei n.º 62/XV/1.^a - Estabelece o regime jurídico das sociedades desportivas -, tornando-se necessário definir a tramitação a seguir, se deve ou não ser pedido contributo escrito às entidades do setor e em que prazo, o prazo para apresentação de propostas de alteração por parte dos grupos parlamentares e para votação na especialidade.

Após uma breve apreciação deste ponto, a Comissão deliberou solicitar contributo escrito às entidades do sector por um prazo de 10 dias, após o que terá lugar a apresentação de propostas de alteração por parte dos Grupos Parlamentares e, se for tido por necessário, um conjunto de audições em calendário a definir. Nesse sentido, solicitou aos Grupos Parlamentares que até ao final da semana indicassem as entidades a quem gostariam que fosse pedido um parecer sobre esta iniciativa.

O Senhor Presidente deu também conhecimento do pedido de audiência da Torcida Verde para fazer o balanço de quase 8 meses nos sectores ZCEAP que permaneceram ativas na sequência da revogação do Cartão do Adepto.

Antes de passar ao ponto seguinte, o Senhor Presidente informou a Comissão que o Grupo Parlamentar do PCP tinha solicitado o adiamento do ponto 9 para a próxima reunião da Comissão.

2. Apreciação e votação da ata da reunião de 8 de março de 2023

A ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar da IL.

3. Fixação da redação final do [Projeto de resolução n.º 436/XV/1.^a \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à elaboração e implementação do Plano Estratégico do Cinema e do Audiovisual

A redação final foi fixada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar da IL.

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição, com caráter de urgência, do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, sobre a eventual fuga fiscal e à segurança social em contratos celebrados por esta entidade

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) fez a apresentação do requerimento afirmando que foi noticiado que a Federação Portuguesa de Futebol terá encontrado uma forma de contratualizar com a anterior equipa técnica da Seleção Nacional de Futebol o pagamento de salários através da constituição de uma empresa, evitando desta forma o pagamento de impostos no valor de 4,5 milhões de euros. Esta notícia levou o Grupo Parlamentar do BE a apresentar este requerimento na Comissão e Orçamento e Finanças, onde foi rejeitado. Na audição havida com a autoridade tributária esta notícia veio a ser confirmada e as práticas da Federação Portuguesa de Futebol. O que está em causa é a constituição de empresas unipessoais para assim evitar o pagamento à segurança social e IRS nos pagamentos ao selecionador e à sua equipa técnica.,

Disse também que entretanto o jornal Expresso tentou aceder aos contratos entre a Federação Portuguesa de Futebol e a equipa técnica, tendo a Federação escusado a fornecer esses elementos. A CADA entretanto veio dar razão ao Expresso dizendo que esses contratos devem ser públicos e entregues ao órgão de comunicação social.

O Grupo Parlamentar do BE não pretende investigar um caso passado, que a autoridade tributária está já a investigar. O que queremos é garantir junto da Federação Portuguesa de Futebol que este tipo de práticas não se repete no futuro. Há uma nova equipa técnica contratada e, a bem da transparência, o Parlamento tem o dever de escrutinar o tipo de contratos que é feito porque essa instituição sem fins lucrativos de utilidade pública e que representa Portugal deve reger-se pelas melhores práticas fiscais.

Assim sendo, faz todo o sentido que a Federação Portuguesa de Futebol dê os devidos esclarecimentos sobre esta situação.

Usaram de seguida da palavra o Senhor Deputado Francisco Dinis (PS), que referiu ser esta matéria relevante e que tem expressão pública. Mas, tal como foi dito aquando este requerimento foi apreciado na Comissão de Orçamento e Finanças, o Grupo Parlamentar do PS entende que

este caso já está a ser apreciado pela autoridade tributária e que por essa razão não acompanhará o requerimento apresentado.

O Senhor Deputado Alexandre Poço (PSD) disse que o Grupo Parlamentar do PSD não acompanha este requerimento, à semelhança do que aconteceu na Comissão de Orçamento e Finanças.

A Senhora Deputada Paula Santos (PCP) salientou que o seu Grupo Parlamentar irá votar a favor do requerimento apresentado sobre as irregularidades de natureza fiscal ocorridas na Federação Portuguesa de Futebol e que envolvem a equipa técnica da Seleção Nacional de Futebol, independente mete das averiguações que estejam a ser feitas pela autoridade tributária.

Não havendo mais inscrições, o requerimento foi submetido a votação, tendo sido rejeitado, com os votos contra dos Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CH e votos a favor dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE.

5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição, com carácter de urgência, do Diretor-Geral da Direção-Geral do Património Cultural, na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural, e da Diretora-Geral do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC), sobre a avaliação da execução do PRR Cultura

O Senhor Deputado Guilherme Almeida (PSD) fez a apresentação do requerimento dizendo que todos reconhecem a importância do Plano de Recuperação e Resiliência para o País e a necessidade de o executar até 2026. A estrutura de missão contratou com o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural e com o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC) os investimentos previstos no PRR para a área da cultura no valor de 243 milhões de euros, um investimento 92 milhões de euros para as redes culturais e transição digital e um investimento de 150 milhões de euros para a recuperação do património cultural.

Trata-se de uma oportunidade única para o nosso país que devemos acompanhar e avaliar uma vez que a informação de que dispomos é um pouco escassa.

Usou da palavra a Senhora Deputada Carla Sousa (PS) salientando que essa avaliação e monitorização não deve ser feita antes de tempo e lembrou que nas páginas de todas as direções regionais de cultura do nosso país estão inscritas umas tabelas atualizadas mês a mês sobre os processos que estão a ser desenvolvidos dentro do âmbito do PRR em cada região, o que é de fato um bom exemplo de transparência. Mas como a monitorização de todo este processo deve passar por esta Comissão Parlamentar, o Grupo Parlamentar do PS irá votar a favor do requerimento apresentado.

Não havendo mais inscrições, o requerimento foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição, com carácter de urgência, do Presidente do Instituto do Cinema e Audiovisual, IP (ICA, IP) e *Film Commissioner* da Portugal Film Commission (PFC), sobre as mudanças no funcionamento desta instituição

O Senhor Deputado Rui Vilar (PSD) fez a apresentação do requerimento dizendo que a film commission fez um trabalho com sucesso até ao final do ano passado, o que não impediu que tivessem acontecido alguns percalços mas que importa ouvir o Presidente do ICA, I.P. e Film Commissioner sobre as mudanças no seu funcionamento, e sobretudo para esclarecer quais as vantagens que advêm da integração da PFC na estrutura orgânica do ICA, I.P.

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) disse que o seu Grupo Parlamentar irá votar a favor do requerimento mas se queremos de facto perceber o que vai acontecer com a integração do Film Commission no ICA temos de dar mais um mês porque a integração só se começou a fazer há três semanas e agora vão ter de se refazer processos que não estavam integrados. Há, pois, um timing de ajustamento a ser feito.

O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) disse que o Grupo Parlamentar do CH acompanhar o requerimento do Grupo Parlamentar do PD uma vez que entrando o Film Commission no ICA é bom sabermos o que se vai passar e como é que isso vai ser feito.

Não havendo mais inscrições, o requerimento foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição, com caráter de urgência, do Ministro da Cultura, sobre o atraso na publicação do despacho que determina os montantes a atribuir às candidaturas, apresentadas em 2022, ao Regime de Incentivos do Estado à Comunicação Social Regional e Local

O Senhor Deputado João Montenegro (PSD) apresentou o requerimento do seu Grupo Parlamentar salientando que o período de apresentação de candidaturas ao Regime de Incentivos do Estado à Comunicação Social Regional e Local no âmbito do concurso de 2022 terminou a 15 de abril de 2022. No entanto, até ao dia de hoje, o despacho que determina o montante total de apoios do Estado à comunicação social de âmbito regional e local a atribuir no ano de 2022 ainda não foi publicado.

No passado dia 1 de março, abriu o período de apresentação de candidaturas ao Regime de Incentivos à Comunicação Social Regional e Local para 2023, sem que as candidaturas do ano passado tenham sido ainda pagas.

Esta atitude por parte do Governo é inaceitável, incompreensível e reveladora da pouca ou nenhuma atenção que o Governo dá aos meios de comunicação social, nomeadamente os de âmbito local e regional.

Este atraso na publicação do referido despacho relativo ao montante das verbas a atribuir às candidaturas apresentadas no início de 2022 prejudica muitos órgãos de comunicação social em todo o País, jornais regionais e as rádios locais, comprometendo a eficácia e a sustentabilidade do setor.

Face a esta situação lamentável, e porque importa conhecer as razões que levam o Governo a não ter ainda publicado o despacho que determina as verbas a atribuir às candidaturas apresentadas em 2022, o Grupo Parlamentar do PSD vem requerer a realização de uma audição parlamentar ao Ministro da Cultura.

Não havendo mais inscrições, o requerimento foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

8. Apreciação e votação do relatório final da [Petição n.º 45/XV/1.ª](#) - Pela reposição da decoração interior oitocentista do Museu Romântico da Quinta da Macieirinha no Porto

A Senhora Deputada Relatora Carla Sousa (PS) fez a apresentação do relatório final, após o que o mesmo foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, com a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

9. Apreciação conjunta:

[Projeto de voto n.º 264/XV/1.ª](#) (PSD) – De saudação pela celebração do 100.º aniversário da Casa do Alentejo;

[Projeto de voto n.º 266/XV/1.ª](#) (PS) - De saudação pela celebração do 100.º aniversário da Casa do Alentejo;

A pedido do Grupo Parlamentar do PCP, este ponto ficou adiado para a próxima reunião da Comissão.

10. Votação do texto de fusão:

- [Projeto de voto n.º 275/XV/1.ª](#) (CH) - De congratulação à surfista Yolanda Hopkins Sequeira pela conquista do título europeu;
- [Projeto de voto n.º 284/XV/1.ª](#) (PS) - De congratulação à surfista Yolanda Sequeira pela conquista do título europeu;

O texto de fusão foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, com a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

11. Votação do texto de fusão:

- [Projeto de voto n.º 277/XV/1.ª](#) (PSD) - De saudação ao realizador João Canijo pela conquista do prémio Urso de Prata no Festival de Cinema de Berlim com o filme *Mal Viver*;
- [Projeto de voto n.º 283/XV/1.ª](#) (PS) - De congratulação ao cineasta João Canijo pela conquista do Urso de Prata no 73.º Festival de Cinema de Berlim com o filme *Mal Viver*;

O texto de fusão foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, com a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

12. Apreciação conjunta:

- [Projeto de voto n.º 285/XV/1.ª](#) (PS) - De saudação pela prestação portuguesa no Campeonato Europeu de Atletismo em Pista Coberta, em Istambul;
- [Projeto de voto n.º 286/XV/1.ª](#) (CH) - De congratulação aos atletas portugueses pelos resultados alcançados nos Campeonatos da Europa de atletismo em pista coberta;
- [Projeto de voto n.º 292/XV/1.ª](#) (PSD) - De saudação à participação da Seleção Portuguesa de Atletismo nos campeonatos europeus de pista coberta de Istambul

Os Senhores Deputados Francisco Dinis (PS), Jorge Galveias (CH) e João Prata (PSD) fizeram a apresentação dos projetos de voto dos seus grupos parlamentares, tendo ficado acordado apresentar na próxima reunião da Comissão um texto de fusão dos dois projetos de voto.

13. Apreciação conjunta:

- [Projeto de voto n.º 288/XV/1.ª](#) (PS) - De pesar pelo falecimento de António Salvado;
- [Projeto de voto n.º 290/XV/1.ª](#) (PSD) - De pesar pelo falecimento do Poeta António Salvado

As Senhoras Deputadas Paula Reis (PS) e Cláudia André (PSD) fizeram a apresentação dos projetos de voto dos seus grupos parlamentares e de um projeto de fusão dos dois votos, tendo ficado acordado apresentá-lo em nome da Comissão para ser lido e votado em Plenário.

14. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

Palácio de São Bento, 14 de março de 2023

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Luís Graça)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Pedro Faria (PS)
Carla Sousa (PS)
Francisco Dinis (PS)
Luís Graça (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Maria João Castro (PS)
Miguel Matos (PS)
Pompeu Martins (PS)
Rosário Gambôa (PS)
Sara Velez (PS)
Tiago Soares Monteiro (PS)
Alexandre Poço (PSD)
Dinis Ramos (PSD)
Fernanda Velez (PSD)
Guilherme Almeida (PSD)
Inês Barroso (PSD)
João Prata (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Patrícia Gilvaz (IL)
Paula Santos (PCP)
Joana Mortágua (BE)
Anabela Rodrigues (PS)
Catarina Lobo (PS)
Eduardo Oliveira (PS)
Paula Reis (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Cláudia André (PSD)
Cristiana Ferreira (PSD)
João Montenegro (PSD)



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Maria Emília Apolinário (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Bento (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Aragão (PS)

Carla Madureira (PSD)

Bernardo Blanco (IL)